

CULTURA MATERIAL CANAVIEIRA DO CARIRI CEARENSE: ANOS 1930-1970



SUGARCANE CULTURAL
MATERIAL FROM CARIRI
CEARÁ: 1930S-1970S

Volume 15 . Número 28
. Jan/Jul 21

Naudiney de Castro
Gonçalves.



2/2

A CULTURA MATERIAL

objetos, imagens e representações



Organização:

Profª Drª Cláudia Eliane
Parreiras Marques Martinez



UNIVERSIDADE
ESTADUAL DE LONDRINA

Cultura material canvieira do Cariri cearense: anos 1930-1970

Sugarcane material culture of Cariri Ceará: years 1930-1970

Naudiney de Castro Gonçalves¹

Resumo: Este artigo apresenta a cultura material canvieira do Cariri cearense, produzida entre as décadas de 1930 e 1970, como fonte possível para uma abordagem historiográfica da transição tecnológica dos engenhos artesanais para a agroindústria. Propomos uma compreensão da Chapada do Araripe, localizada a aproximadamente 500 quilômetros ao sul da capital Fortaleza, enquanto paisagem cultural por abrigar tanto os vestígios materiais, quanto as expressões populares que remetem aos saberes tradicionais e ao cotidiano dos canaviais. Ao analisarmos as ruínas e os remanescentes de maquinários, nos aproximamos do campo arqueológico e museológico em busca de uma compreensão deste complexo mosaico enquanto patrimônio cultural industrial.

Palavras-chave: Cariri cearense; Patrimônio industrial; Paisagem cultural.

Abstract: This article presents the sugarcane material culture of Cariri from Ceará, produced between the 1930s and 1970s, as a possible source for a historiographical approach to the technological transition of artisanal mills to agro-industry. We propose an understanding of Chapada do Araripe, located approximately 500 kilometers south of the capital Fortaleza, as a cultural landscape because it houses both material traces and popular expressions that refer to the traditional knowledge and the daily life of the cane fields. When analyzing the ruins and the remnants of machinery, we approach the archaeological and museological field in search of an understanding of this complex mosaic as an industrial cultural heritage.

Keywords: Cariri Ceará; Industrial heritage; Cultural landscape.

¹ Doutor em História pela UNIRIO, Rio de Janeiro - RJ. Professor de História do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Piauí - IFPI. E-mail: naudiney@yahoo.com.
br. ORCID iD: <https://orcid.org/0000-0002-2329-1723>

INTRODUÇÃO

Na mesma tarde, após jornada de duas léguas e meia, chegamos à Vila de Crato. A estrada era plana e arenosa, a região ao sul coberta de grandes árvores, ao passo que o norte, mais plano, era principalmente plantado de cana de açúcar, vendo-se a pequenos intervalos diversas casas, cada qual com um engenho e uma caldeira ao lado para converter em rapadura o suco da cana (GARDNER, 1942, p. 149).

O tema deste artigo está relacionado à cultura material produzida em um período de aproximadamente meio século, em um território que pode ter a sua paisagem interpretada a partir dos vestígios deixados por aqueles que exploraram os seus recursos naturais e são reconhecidos por perseverarem na agricultura da cana-de-açúcar por mais de 300 anos.

O estudo está relacionado à cultura e economia da cana-de-açúcar na região do Cariri cearense, mais especificamente às mudanças tecnológicas observadas pelos engenhos de madeira movidos à água ou tração animal ainda na década de 1930, a posterior modernização com a fabricação de engenhos de ferro movidos à vapor – como a promovida pelo fabricante local Antonio Linard - até a chegada da Usina Manoel Costa Filho na região, em meados da década de 1970, quando a nossa pesquisa se encerra.

Em um sentido geral, o final do século XIX representa para a história dos engenhos a mudança de uma produção agrária de pequenas proporções para uma economia industrial de larga escala e uma revolução associada aos processos produtivos em busca de uma modernização da agroindústria açucareira brasileira, desencadeada a partir da promulgação da Lei nº 2687 de 1875, de regulação dos engenhos centrais. Esse processo, no entanto, não foi uniforme, houve especificidades locais. No caso do nosso objeto de estudo, o Ceará, os engenhos centrais não estiveram presentes.

Alagoas, Maranhão, Pernambuco, São Paulo e Rio de Janeiro vivenciaram o funcionamento dos engenhos centrais como uma transição dos engenhos para a usina. O Ceará experimentou uma modernização tardia e o sul do Estado, com longeva tradição canavieira, só transitou para a agroindústria no último quartel do século XX.

De acordo com a definição de Gadiel Perruci, o engenho central “é uma fábrica moderna, aberta, que funciona segundo os princípios da economia capitalista dos fins do século XIX e que é, portanto, submetida às leis do mercado livre” (PERRUCCI, 1978, p. 115). Este empreendimento contrastaria com os engenhos tradicionais, de vocação artesanal, exatamente por ter sido criado “para conciliar as relações de produção agrária tradicional com as mais modernas técnicas de fabricação de açúcar” (PERRUCCI, 1978, p. 113)

No Cariri, pela ausência de engenhos centrais, o que pudemos observar foi uma mudança gradativa nos processos e instrumentos usados nos engenhos de rapadura até o surgimento da usina, representada pelo processo industrial da produção agrícola.

[...] a usina representa a consolidação do capital industrial e financeiro no campo, que, a partir de agora, passa a controlar sozinho todo o processo econômico do açúcar; desde a cultura da cana até a distribuição comercial, passando pela fase industrial. Neste sentido, a usina é a síntese das duas etapas precedentes da revolução açucareira. Ela se harmoniza também com as grandes linhas do desenvolvimento brasileiro durante a Primeira República; a supremacia das cidades sobre o campo, o processo industrializante, o domínio do capital industrial e financeiro, nacional ou estrangeiro, sobre as atividades econômicas do país (PERRUCCI, 1978, p. 123).

Os resquícios materiais e a continuação dos processos de moenda podem remeter tanto às atividades econômicas desenvolvidas no local quanto às relações sociais que se estabeleceram no cotidiano da região, como as relações de poder e as influências políticas locais, além de estarem relacionados a períodos de auge ou decadência econômica.

Iniciamos o nosso recorte temporal na década de 1930 por remeter ao início do uso de um torno mecânico pelo inventor do primeiro motor à vapor genuinamente brasileiro do gênero, de acordo com as suas palavras. Este acontecimento representou a quebra de um elo de dependência tecnológica à manufatura estrangeira e contribuiu para uma modernização da produção agrícola canavieira local, com o advento da produção de seus próprios engenhos e caldeiras.

Antonio Linard foi um nordestino que estudou inglês e francês para acompanhar os engenheiros que vinham da Europa trabalhar na montagem dos engenhos de ferro no Cariri, localizado a aproximadamente 500 quilômetros ao sul da capital Fortaleza.

O descendente de franceses passou a construir e comercializar os seus próprios maquinários em meio a uma seca severa registrada no sertão cearense e a qualidade de seus produtos, aliado a um preço competitivo em relação aos importados, consolidou uma marca que expandiu a sua comercialização para além dos limites da Chapada do Araripe.

Ao final de nosso recorte, em 1976, a Usina Manoel Costa Filho, única na região Sul do Ceará a beneficiar a cana-de-açúcar em um processo industrial moderno e em larga escala, entrou em atividade no município de Barbalha e o seu convívio com as pequenas unidades produtivas reproduziu as mesmas relações de monopólio e concentração fundiária experimentada por outras regiões e testemunhado pelas ruínas dos seus banguês de “fogo morto”². Neste interim funcionaram concomitantemente engenhos de madeira, também conhecidos como trapiches, com suas pequenas moendas movidas à tração animal e/ou força hidráulica, e os engenhos de ferro, que representavam uma gradativa transição para a mecanização e a substituição de sua força motriz pelo motor à vapor.

Em função de uma série de peculiaridades locais, a perspectiva proposta é a de analisar o Cariri cearense e a Chapada do Araripe a partir do conceito de paisagem cultural ao contemplarmos as suas especificidades geomorfológicas, ambientais e de bens

² Expressão utilizada no universo dos engenhos para se referir às unidades produtivas que encerraram os seus trabalhos diante da concorrência com as usinas modernas e sua produção em larga escala a partir de um complexo sistema industrial, que envolveria novas máquinas (refinarias e turbinas) e profissionais especializados (químicos e engenheiros).

culturais e ao reconhecermos o seu valor excepcional, a partir da análise do seu espaço natural e de sua história, memória e identidade.

DOS ENGENHOS À USINA

No Cariri, o surgimento dos primeiros engenhos e alambiques que utilizavam como matéria-prima a cana-de-açúcar para a fabricação de rapadura e aguardente data da segunda metade do século XVIII. De acordo com a pesquisa de inventários feita por Antônio José de Oliveira, a presença destas unidades de produção familiar proporcionou a ocupação e a organização do território com base na cultura canavieira:

As primeiras reduções indígenas possibilitaram a realização dos principais objetivos da empresa colonizadora. Uma vez encurralados e “doutrinados” os índios pelos Capuchinhos, ficou fácil aos colonos se apossarem das melhores terras nos Cariris Novos. Por toda a segunda metade do século XVIII, intensificou-se o processo de organização do projeto colonizador; as freguesias ganhavam aos poucos as primeiras plantações de cana e os primeiros engenhos de rapadura (OLIVEIRA, 2003, p. 26).

Oliveira nos diz ainda que:

A circulação da rapadura e de outros produtos nas principais feiras da região proporcionava grande lucratividade. Nesse espaço de livres transações comerciais se estruturou uma realidade cultural galgada no intercâmbio sociocultural entre diversos comportamentos de diversas categorias sociais. Organizada basicamente através da produção da rapadura, firmou-se uma sociedade bastante diferente da sociedade açucareira do litoral (OLIVEIRA, 2003, p. 16).

Um dos maiores engenhos que já esteve em funcionamento na região do Cariri foi o Tupinambá, localizado no município de Barbalha. O exemplar diferenciou-se de outros engenhos da região pela peculiaridade arquitetônica evidenciada em um edifício que conjugava casa grande e engenho, um caso raro demonstrado pela proximidade com que conviviam os trabalhadores das fornalhas e o senhorio.

A grandiosidade do Tupinambá é representada pela trajetória de um engenho que iniciou suas atividades em meados do século XIX e as encerrou no início da década de 80 do século passado. As suas ruínas remetem ao período áureo da economia canavieira da região, sustentada por décadas com o comércio das cargas de rapadura.

Em meio ao mosaico cultural que o Cariri cearense representa, trazemos uma reflexão de Maria Yacê Carleial na qual apresenta questões relativas às atribuições de valor a um bem cultural. A partir da perspectiva de o Engenho Tupinambá estar inserido na Paisagem Cultural da Chapada do Araripe, entendemos, a cultura material produzida no universo da agricultura canavieira, como fonte para várias áreas do conhecimento humano, fornecendo elementos, em nosso caso, para abordagens da História, da Arqueologia e da Museologia.

Neste sentido, o Tupinambá é visto prioritariamente como marco material de um período de prosperidade do município e da região. Ao ser interpretado como um símbolo da cidade, torna-se um patrimônio a ser restaurado e cristalizado como monumento. Sua arquitetura senhorial se coaduna à memória oficial em construção. Que uso será dado ao monumento? Que significados lhe serão atribuídos? Certamente, sentidos diferentes das concepções de origem (SÁ, 2007, p. 302).

O nosso estudo termina justamente quando se iniciam as transformações trazidas pela instalação do PROÁLCOOL na região. A agroindústria cearense vislumbrou, em meados da década de 1970, um momento favorável ao crescimento econômico no contexto mundial de crise energética que se desenvolveu desde o final do ano de 1973. A oportunidade se deu pelo fato de o Brasil, no ano de 1975, ter criado o Programa Nacional do Alcool (PROÁLCOOL), viabilizando projetos que apresentassem alternativas energéticas ao uso do petróleo. A principal razão do novo programa, estabelecido pelo Decreto no. 76.593, era “salvar” a agroindústria canavieira e ampliar o mercado da indústria mecânica pesada, que já trabalhava com capacidade ociosa (ANDRADE, 1994, p. 236).

Maria Socorro Brito afirmou que durante este período uma série de facilidades foram criadas em decorrência do novo programa energético nacional, como investimentos financeiros a juros subsidiados e que:

Valendo-se do aparato institucional permitido pelo PROÁLCOOL, um grupo empresarial pernambucano, tradicionalmente ligado à indústria do açúcar e do álcool, conseguiu, em 1975, junto à Comissão Nacional do Alcool, através do IAA, aprovação para instalar na área programa “microrregião homogênea do Cariri”, uma usina de açúcar com destilaria anexa – Usina Manuel Costa Filho (Companhia Açucareira Vale do Salamanca – AÇUSA) (BRITO, 1985, p. 17).

De acordo com Gadiel Perruci, em seu trabalho a respeito dos Engenhos Centrais no Estado de Pernambuco, toda usina tende a buscar a sua autonomia em relação à obtenção de matéria-prima para o seu funcionamento. Perruci observou ainda que a tendência dos grandes engenhos foi a da transformação em usina para adequar-se à concorrência.

No Ceará, o modelo agroindustrial representado pela usina contrastou com a pequena unidade produtiva dos engenhos de rapadura da região, e desencadeou mudanças no espaço e nas relações sociais, mas apesar da redução do número de produtores isso não significou o desaparecimento completo dessas pequenas unidades e da categoria de trabalhadores a ela vinculados.

Outro aspecto a ser considerado é que a produção de rapadura na região sul do Ceará conviveu com mudanças a partir da modernização da malha rodoviária do Nordeste, em meados do século XX, quando foram criadas rotas de escoamento da produção das

usinas de açúcar do estado de Pernambuco. A despeito destas transformações, a produção regional nunca deixou de existir e, mesmo durante os períodos de crise enfrentados pela agricultura canavieira, alguns donos de engenho mantiveram a sua produção.

HISTÓRIA, ARQUEOLOGIA E MUSEUS

A interdisciplinaridade desta pesquisa aponta para o campo de estudos das Referências Culturais, entendendo-se que o conjunto formador do patrimônio cultural de uma sociedade é constituído por bens que fazem referência e agregam identidade à memória de diferentes grupos, sejam esses bens artísticos, históricos, arqueológicos ou etnográficos.

Neste sentido, o objetivo é dialogar com a arqueologia histórica em busca de informações a respeito da cultura material dos engenhos e usinas a partir das ruínas das edificações e dos diferentes maquinários. Tanto a arquitetura do casario e das fábricas quanto os modelos das máquinas contêm uma grande quantidade de informações que, trabalhadas pelo historiador, podem auxiliar nos levantamentos necessários durante a elaboração dos trabalhos de diagnóstico e resgate arqueológico. Ao mesmo tempo, estas pesquisas trazem um conjunto de dados que interessam ao historiador.

A arquitetura vernacular dos engenhos pode ser considerada uma expressão cultural por seu valor artístico e histórico, impregnada de significados sociais representados por suas diferentes técnicas construtivas. Os sítios arqueológicos históricos registrados em território nacional testemunham os diversos períodos e processos do povoamento e conformação territorial do país, como estruturas de mineração, vestígios de antigos arraiais, estruturas de fazendas de criação de gado, ruínas de edificações civis, religiosas e militares, antigos caminhos usados para circulação no período colonial e imperial, remanescentes materiais de antigos quilombos e ruínas de engenhos.

A cultura material das ruínas de engenhos e usinas evidenciada durante os trabalhos de diagnóstico, prospecção e resgate arqueológico no Brasil faz referência a um período de evolução do sistema capitalista mundial com seus reflexos observados nas mudanças nas relações de trabalho no campo.

Ao propormos uma abordagem do ponto de vista social e cultural, trazemos a discussão acerca do valor documental do patrimônio industrial e, igualmente, da necessidade de preservação e de conservação desses vestígios, como a referida por Warren Dean no contexto da arqueologia histórica:

O processo histórico da industrialização do Brasil pode ser mais esclarecido pelo estudo dos remanescentes das primeiras fábricas e máquinas. A instalação não deve ser negligenciada como fonte de informação; em alguns casos, nada mais resta. Em muitos casos a presença da fábrica sugere novos

pontos de vista não discerníveis através do exame de relatórios ou de correspondência relacionada há tempos em arquivos estatais ou em sede de associações comerciais. A fábrica e seus arredores têm condições para proporcionar documentação adicional, material esse nunca colecionado pelo governo (DEAN, 1977, p. 9).

O modelo de modernização dos processos de produção não representou apenas o alinhamento com a revolução industrial, mas também profundas mudanças nas relações sociais, quando pequenas unidades produtivas passaram a conviver com empresários apoiados no modelo agroindustrial dos engenhos centrais e usinas. Esse contexto nos levou a questionar se a região do Cariri cearense reproduziu as mesmas mudanças observadas no campo tecnológico vivenciadas em outras regiões do país onde a cultura canieira esteve presente.

A pesquisa historiográfica neste caso tem como desafio considerar como fontes as ruínas de edificações, os diversos materiais utilizados em suas construções, os diferentes processos de fabricação e o seu aparato material, sem esquecer que máquinas modernas conviveram com equipamentos rústicos e que a análise isolada destes vestígios não é suficiente para que se possa estabelecer uma cronologia da técnica e dos seus mecanismos.

Neste caso é plausível uma discussão que considere os resquícios materiais da cultura canieira como fonte histórica para um estudo que envolve tanto a análise das diferentes espécies de máquinas utilizadas nos processos de moenda da cana-de-açúcar, quanto os diferentes exemplares de uma arquitetura que assume características particulares ao longo da Chapada do Araripe.

A metodologia desta pesquisa consiste em estabelecer um diálogo entre os estudos de arqueologia histórica, os levantamentos arquitetônicos dos diferentes tipos de construções de engenhos, a pesquisa bibliográfica e arquivística e os atuais debates a respeito da musealização do patrimônio arqueológico e industrial no Brasil.

O conceito de patrimônio arqueológico pode ser entendido aqui como o conjunto de culturas materiais que fazem referência ao passado da humanidade. Esses bens foram produzidos, construídos e utilizados por grupos humanos no passado. A arqueologia, ao dispor de procedimentos, técnicas e metodologias próprias é a ciência responsável pela interpretação dos vestígios (objetos ou restos de estruturas) e formulação de hipóteses a respeito dos seus usos e significados.

Desta forma a arqueologia divide o seu campo de pesquisa em “arqueologia pré-histórica”, relativo aos sítios com materiais que fazem referência ao período pré-contato com os povos europeus e “arqueologia histórica”, em que os vestígios se tornam testemunhos do processo colonizador. De acordo com Rosana Najjar:

Os estudos em arqueologia histórica mostram o caráter multidisciplinar da arqueologia como disciplina científica. O diálogo com outras áreas do

conhecimento como a história, a arquitetura e a antropologia, tem sido fundamental. A multiplicidade de informações relativas aos sítios históricos implica a necessidade do olhar de cada uma dessas áreas. Artefatos, documentos escritos, informação oral e a própria arquitetura podem informar-nos sobre as relações entre os ocupantes desses sítios e como eles se relacionavam com a sociedade (NAJJAR, 2005, p.17).

Afinal, a proposta de uma abordagem interdisciplinar para essa pesquisa se apoia, sobretudo, nos desafios que o conceito de "patrimônio industrial" traz para os pesquisadores estudiosos desse tema. Sendo esse um campo novo de investigação, um olhar marcado por esse interesse exige uma abordagem que possa se favorecer de elementos trazidos por arqueólogos, antropólogos, museólogos e por outros campos do saber, nos quais o historiador possa ser inserido como mais uma possibilidade de diálogo.

PAISAGEM CULTURAL DO CARIRI CEARENSE

A categoria paisagem cultural foi criada na década de 1990 pela UNESCO durante o processo de inscrições de bens culturais e naturais na Lista do Patrimônio Mundial. A chancela foi criada no Brasil em 2009, a partir da Portaria nº 127 do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional - IPHAN. De acordo com o seu artigo primeiro: "Paisagem Cultural Brasileira é uma porção peculiar do território nacional, representativa do processo de interação do homem com o meio natural, à qual a vida e a ciência humana imprimiram marcas ou atribuíram valores".

Sua característica fundamental é a ocorrência, em fração territorial, do convívio singular entre a natureza, os espaços construídos e ocupados, os modos de produção e as atividades culturais e sociais, numa relação complementar entre si, capaz de estabelecer uma identidade que não possa ser conferida por qualquer um deles isoladamente (RIBEIRO, 2007, p. 7).³

Em 11 de novembro de 2019 foi criado o Comitê Consultivo Intersetorial da Chapada do Araripe, com o objetivo de promover a sua candidatura como patrimônio cultural e natural da humanidade pela UNESCO. O Comitê foi criado após o Seminário Internacional realizado em agosto do mesmo ano nos municípios de Juazeiro do Norte, Crato e Nova Olinda e contou com a parceria das respectivas Prefeituras, Governo do Estado, SESC, Fundação Casa Grande, UFCA, URCA, Geopark Araripe e Organizações Não Governamentais locais.

A Declaração de Compromisso da Chapada do Araripe⁴, carta elaborada ao final do Seminário, apresentou como premissa para a gestão e salvaguarda do patrimônio aspectos como "Manutenção e disponibilização das informações e acervos sobre o patrimônio para acesso da população"; "Realização, promoção e fomento das ações educativas e a articulação das áreas de patrimônio cultural, meio ambiente e turismo dentre outros campos da ação pública", de modo a "Fomentar o reconhecimento da importância da preservação do patrimônio cultural".

³ Característica fundamental da categoria "paisagem cultural" de acordo com Luiz Fernando de Almeida, Presidente do IPHAN.

⁴ Disponibilizada em: <https://www.araripepatrimonio.com.br/>. Acessado em 14 jun. 2020.

Ao observarmos a cultura material canavieira da região, entre as décadas de 1930 e 1970, compartilhamos da compreensão de Beatriz Kühl sobre a importância do inventário dos bens culturais do patrimônio industrial e de que “Esses testemunhos não são “obra de arte”, mas o fato do valor documental ser o predominante para a preservação não invalida os princípios da restauração, uma vez que essas obras possuem imagem figurada” (KÜHL, 2008, p. 50). A questão da preservação do patrimônio industrial do Cariri precisa necessariamente considerar o valor documental de suas ruínas e vestígios de maquinários e é compatível com a proposta de proteção legal presente na Carta de Nizhny, do “The Internacional Comitee for the Conservation of the Industrial Heritage (TICCIH)”, comitê internacional do qual o Brasil é filiado desde 2004 e conta com o “Comitê Brasileiro para a Conservação do Patrimônio Industrial (TICCIH – Brasil).

O património industrial deve ser considerado como uma parte integrante do património cultural em geral. Contudo, a sua protecção legal deve ter em consideração a sua natureza específica. Ela deve ser capaz de proteger as fábricas e as suas máquinas, os seus elementos subterrâneos e as suas estruturas no solo, os complexos e os conjuntos de edifícios, assim como as ruínas, devem ser protegidas, tanto pelo seu potencial arqueológico como por seu valor ecológico (CARTA DE NIZHNY TAGIL SOBRE O PATRIMÓNIO INDUSTRIAL, 2003, s/n).

Em nosso estudo consideramos paisagem cultural enquanto um conceito a ser utilizado na preservação e identificação do patrimônio cultural e o compreendemos como “conjunto espacial composto de elementos materiais construídos associados a determinadas morfologias e dinâmicas naturais, formas essas que se vinculam a conteúdos e significados dados socialmente” (SCIFONI, 2016, s/n).

No Cariri, portanto, é possível citar como elementos que compõem a paisagem cultural da região os seus sítios arqueológicos, o casario do século XIX e as ruínas de engenhos que remetem aos primeiros exemplares instalados na Chapada do Araripe, entre vários outros elementos. Ao mesmo tempo, os engenhos que ainda hoje se encontram em atividade podem, igualmente, ser compreendidos como uma referência cultural que remonta a um passado fortemente ligado à economia canavieira. Assim, tanto os resquícios materiais, quanto a continuação dos processos de moenda, podem remeter às atividades econômicas desenvolvidas na região e às relações sociais que se estabeleceram no cotidiano dos municípios, formando assim esse complexo conjunto de espaço físico, mundo edificado e práticas culturais, a que estamos chamando de paisagem cultural.

A produção da rapadura derivada da cana-de-açúcar é uma atividade econômica ainda presente no Cariri. Neste contexto, nos questionamos se a metodologia específica do IPHAN para o Inventário Nacional de Referências Culturais (INRC) poderia ser aplicada no cenário da Chapada do Araripe. Certamente os resultados trariam muitas das características abordadas ao longo deste trabalho, como a relação entre a cultura

material – evidenciada através do maquinário e dos exemplares arquitetônicos ainda preservados – e todas as peculiaridades que o modo de fazer a rapadura apresenta durante o período em que os engenhos estão em atividade.

Entre esses engenhos, seria possível identificar as especificidades de cada produtor e as características dos seus respectivos produtos, levando à reflexão de que o processo que ainda persiste pode ser interpretado como um modo de fazer tradicional, que mantém profunda relação com os lugares onde acontece a transmissão de conhecimentos entre mestre e aprendiz. Isso indicaria a pertinência de sua inserção no universo simbólico das celebrações e expressões das comunidades que se sustentam com a fabricação e o comércio de um bem que mantém as suas características básicas mesmo após diversas mudanças de ordem tecnológica.

Segundo Rosiane Limaverde, “a paisagem cultural da Chapada do Araripe é o resultado da interação homem-natureza, um verdadeiro caldeirão de existências e vivências que se desenrolaram ao longo de milhares de anos” (LIMAVERDE, 2015, p. 100). Ao apresentar este conjunto de simbolismos, códigos e significados, a arqueóloga trabalhou a partir da perspectiva da Arqueologia Social Inclusiva para elaborar o trabalho de pesquisa e educação para o patrimônio desenvolvido pela Fundação Casa Grande – Memorial do Homem Kariri, localizada no município de Nova Olinda, sul do Ceará. Para compreender a Chapada do Araripe enquanto “Paisagem Cultural”, Rosiane Limaverde afirmou que:

Ao se evocar a importância da Chapada do Araripe e o sentido de um Lugar Sagrado no contexto do homem do Nordeste como um local privilegiado, qualitativamente diferente dos outros, e que guarda uma qualidade excepcional, “única”, se faz necessário retornar ao tempo do mito, o que significa considerar uma sequência de concepções religiosas e imagens cosmológicas que são solidárias e se articulam num “sistema” ao qual se pode chamar de “sistema de Mundo” das sociedades tradicionais. [...]

A Chapada do Araripe representa, no contexto geográfico do Nordeste, o Centro do Mundo, Espaço Vivido catalisador e sintetizador do universo mítico nordestino, numa verdadeira explosão de culturas que se manifestaram e se manifestam, nesse Lugar Sagrado para o homem habitante no passado e sagrado para o homem habitante no presente, como a Vapabuçu dos Kariri, Terra Sem Males dos Tupi, a Terra da Mãe das Dores dos sertanejos e das romarias do santo milagroso Padrinho Cícero (LIMAVERDE, 2015, p. 101).

Um dos mitos fundadores da região, “A Lenda da Pedra da Batateira”, representaria a cosmologia desta paisagem cultural. Segundo a versão que se encontra no sítio eletrônico do Geopark, “... a Chapada do Araripe era entrada para um lago encantado, cujo único acesso estava segurado pela Pedra da Batateira. Assim que este lugar fosse profanado, a água, jorrando, iria inundar todo o Vale do Cariri e matar a sua população inteira.”⁵

⁵ Disponível em: http://geoparkararipe.urca.br/?page_id=1686. Acesso em 19 ago. 2020. Em função de uma série de peculiaridades locais, a perspectiva proposta é a de analisar o Cariri cearense e a Chapada do Araripe a partir do conceito de paisagem cultural ao contemplarmos as suas especificidades geomorfológicas, ambientais e de bens culturais e ao reconhecermos o seu valor excepcional, a partir da análise do seu espaço natural e de sua história, memória e identidade.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Compartilhamos da compreensão de Rafael Winter Ribeiro de que “Em meio a múltiplas interpretações, há um consenso de que a paisagem cultural é fruto do agenciamento do homem sobre o seu espaço. No entanto, ela pode ser vista de diferentes maneiras” (RIBEIRO, 2007, p.9).

De acordo com o geógrafo:

1. “A paisagem pode ser lida como um documento que expressa a relação do homem com o seu meio natural, mostrando as transformações que ocorram ao longo do tempo” (RIBEIRO, 2007, p.9). No caso da Chapada do Araripe, apresentamos registros de diferentes momentos de ocupação do território a partir da exploração da cana-de-açúcar. Abordamos a confluência de rotas migratórias no Cariri durante os períodos de seca mais severos e os impactos dos engenhos e de seus espaços de trabalho no meio ambiente, em uma espécie de cultura açucareira, no sentido largo do termo cultura.

2. “A paisagem pode ser lida como um testemunho da história dos grupos humanos que ocuparam determinado espaço” (RIBEIRO, 2007, p.9). Demonstramos que o Vale do Cariri testemunhou a modernização do maquinário usado na agricultura canavieira, a partir da transformação da monocultura dos engenhos artesanais e a transição para a agroindústria representada pela Usina Manoel Costa Filho em Barbalha. Ao longo deste território ao Sul do Ceará, identificamos uma rica cultura material que propicia uma leitura deste período a partir das ruínas, sítios arqueológicos, coleções particulares, museus e lugares de memória.

3. “Pode ser lida, também, como um produto da sociedade que a produziu ou ainda como a base material para a produção de diferentes simbologias, locus de interação entre a materialidade e as representações simbólicas” (RIBEIRO, 2007, p.9).

Compreendemos a Chapada do Araripe enquanto lugar de convergência e irradiação sociocultural, simbolicamente revelado por sua cultura popular religiosa, suas formas de expressão, saberes e fazeres tradicionais, celebrações, lugares e demais manifestações de caráter intangível.

Patativa do Assaré expressou a sua sensibilidade diante dos aspectos modernizadores em progresso no Cariri em seu poema *Ingém de Ferro* e sintetizou de forma majestosa a sua percepção da transição tecnológica dos engenhos de madeira para os engenhos de ferro, uma análise a que nos propusemos neste artigo. No poema, a história dessas transformações aparece materializada no maquinário, que é modernizado. E, junto com a história desse processo, essa materialidade traz igualmente os elementos

constitutivos da cultura, como se as máquinas e os seus usos carregassem a vida dos homens ao seu redor e o fim do engenho de pau representasse a destruição de todo um universo cultural.

INGÉM DE FERRO – Patativa do Assaré

Ingém de ferro, você
Com seu amigo motô,
Sabe bem desenvolvê,
É munto trabaiadô.
Arguém já me disse até
E afirmo que você é
Progressita em alto grau;
Tem força e tem energia,
Mas não tem a poesia
Que tem o ingém de pau.

O ingém de pau quando canta,
Tudo lhe presta atenção,
Parece que as coisas santa
Chega em nosso coração.
Mas você, ingém de ferro,
Com este horroroso berro,
É como quem qué brigá,
Com a sua grande afronta
Você tá tomando conta
De todos canaviá.

Do bom tempo que se foi
Faz mangofa, zomba, escarra.
Foi quem espursou os boi
Que puxava na manjarra.
Todo suberbo e sisudo,
Qué governá e mandá tudo,
É só quem qué sê ingém.
Você pode tê grandeza
E pode fazê riqueza,
Mas eu não lhe quero bem.

Mode esta soberba sua
Ninguém vê mais nas muage,
Nas bela noite de lua,
Aquele camaradage
De todos trabaiadô.
Um falando em seu amô
Outro dizendo uma rima,
Na mais doce brincadeira,
Deitado na bagacêra,
Tudo de papo pra cima.

Esse tempo que passô
Tão bom e tão divertido,
Foi você quem acabô,
Esguerado, esgalamido!
Como, come interessêro!
Lá dos confim do estrangêro,
Com seu baruio indecente,
Você vem todo prevesso,
Com história de progresso,
Mode dá desgosto a gente!

Ingém de ferro, eu não quero
Abatê sua grandeza,
Mas eu não lhe considero
Como coisa de beleza,
Eu nunca lhe achei bonito,
Sempre lhe achei esquisito,
Orgoso e munto mau.
Até mesmo a rapadura
Não tem aquela doçura
Do tempo do ingém de pau.

Ingém de pau! Coitadinho!
Ficou no triste abandono
E você, você sozinho
Hojé é quem tá sendo dono
Das cana do meu país.
Derne o momento infeliz

Que o ingém de pau levou fim,
Eu sinto sem piedade
Três moenda de do sodade
Ringindo dentro de mim.

Nunca mais tive prazê
Com muage neste mundo
E o causadô de eu vivê
Como um pobre vagabundo,
Pezaroso, triste e pérro,
Foi você, ingém de ferro,
Seu safado, seu ladrão!
Você me dexô à toa,
Robou as coisinha boa
Que eu tinha em meu coração!

(PATATIVA DO ASSARÉ, 2008, pp. 81-83).

REFERÊNCIAS

ANDRADE, Manuel Correia de. **Modernização e pobreza: a expansão da agroindústria canavieira e seu impacto ecológico e social.** São Paulo: Editora da Universidade Estadual Paulista, 1994.

BRITO, Maria Socorro. **Mudanças na organização do espaço: o novo e o velho Cariri canavieiro cearense.** Fortaleza: IOCE, 1985.

CARTA DE NIZHNY TAGIL SOBRE O PATRIMÔNIO INDUSTRIAL (2003). Disponível em: <https://ticcihbrasil.com.br/cartas/carta-de-nizhny-tagil-sobre-o-patrimonio-industrial/%20Acesso%20em%2001%20set.%202020>.

DEAN, Warren. **A fábrica São Luiz de Itu: um estudo de arqueologia industrial.** In: *Anais de História.* Instituto de Letras, História e Psicologia de Assis. Assis: Universidade Estadual Paulista, p.9-25, 1977.

GARDNER, George. **Viagens no Brasil: principalmente nas províncias do norte e nos distritos do ouro e do diamante durante os anos de 1836-1841.** São Paulo, Rio de Janeiro, Recife, Porto Alegre: Companhia Editora Nacional, 1942.

KÜHL, Beatriz Mugayar. **Preservação do Patrimônio Arquitetônico da Industrialização: Problemas Teóricos de Restauro.** Cotia, SP: Ateliê Editorial, 2008.

LIMAVERDE, Rosiane. **Arqueologia social inclusiva: A fundação Casa Grande e a gestão do patrimônio Cultural da Chapada do Araripe.** 2015. Tese (Doutorado em Arqueologia) – Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra, Portugal, 2015.

NAJJAR, Rosana. **Arqueologia histórica: manual.** Brasília: IPHAN, 2005.

OLIVEIRA, Antônio José de. **Engenhos de rapadura do Cariri: trabalho e cotidiano (1790-1850).** 2003. Dissertação (Mestrado em História Social) – Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 2003.

PATATIVA DO ASSARÉ. **Antologia poética.** Fortaleza: Edições Demócrito Rocha, 2008.

PERRUCCI, Gadiel. **A República das usinas: um estudo de história social e econômica do Nordeste, 1889-1930.** Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1978.

RIBEIRO, Rafael Winter. **Paisagem cultural e patrimônio.** Rio de Janeiro: IPHAN/COPEDOC. 2007.

SÁ, Maria Yacê Carleial Feijó de. **Os homens que faziam o Tupinambá moer: experiência e trabalho em engenhos de rapadura no Cariri (1945-1980).** 2007. Dissertação (Mestrado em História Social) – Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 2007.

SCIFONI, Simone. Paisagem cultural. In: GRIECO, Bettina; TEIXEIRA, Luciano; THOMPSON, Analucia (Orgs.). **Dicionário IPHAN de Patrimônio Cultural.** 2. ed. rev. ampl. Rio de Janeiro, Brasília: IPHAN/DAF/Copedoc, 2016. (verbete).

Recebido em: 30/set/2020

Aceito em: 5/jul/2021